



GT – 19: Rede urbana e urbanização regional: agentes, processos, interações escalares e complexificação das formas.

A DINÂMICA URBANO-REGIONAL DE UMA CIDADE PEQUENA NA AMAZÔNIA

Um estudo a partir de Brasil Novo/PA

Hugo Alessandro Meireles Cruz
Universidade Federal do Pará - UFPA
hugocruz0903@gmail.com

José Antônio Herrera
Universidade Federal do Pará - UFPA
herrera@ufpa.br

RESUMO: Este artigo busca compreender a geo-história de uma pequena cidade na Amazônia, elencando elementos que são importantes para discussão dessas cidades e suas redes urbanas. Aborda-se então, o processo histórico da cidade de Brasil Novo desde que era uma agrovila na década de 1970 até sua emancipação em 1991, ao qual vem apresentando um papel importante no que tange o seu processo de desenvolvimento local e regional. Como procedimento metodológico adotou-se a atividade de campo, revisão bibliográfica, documental e empírica utilizadas na pesquisa de dissertação de mestrado que está em desenvolvimento. Os resultados apontam que o processo de urbanização na Amazônia teve grande papel em transformar as dinâmicas espaciais, causando múltiplas possibilidades e formas de interações tanto intraurbanas quanto interurbanas, sobretudo entre as cidades das redes urbanas amazônicas, conferindo-lhes papéis únicos para cada cidade que emergiu desse processo.

Palavras-chave: Amazônia; Rede Urbana; Cidade Pequena.

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica urbana das cidades na Amazônia brasileira confere cenários que ao longo do tempo foi passando por diversas modificações, onde cidades foram surgindo e outras ganhando papéis significativos no contexto regional. Em meio a essa complexidade, compreende-se que as cidades pequenas exercem um papel necessário para as dinâmicas espaciais, principalmente quando se trata de Amazônia, tendo em vista que o seu processo de ocupação foi mediado a partir dos interesses do Estado em integrá-la a economia nacional, criando inúmeros projetos que promoveram a migração em massa da população de outros estados brasileiros.

Partindo desse pressuposto, dedicaremos neste estudo, as preposições voltadas para os fenômenos das cidades pequenas na rede urbana, buscando analisar suas complexidades a partir das diferentes fontes teórico metodológicas que se dedicam a essa temática, levando em consideração que são imensos os desafios ao analisar esses objetos, e isso é justificado pelo que Santos (2020) pensou, ao afirmar que, a medida em que diminui a sua escala de análise, maior serão as características encontradas no espaço. Para além disso, é necessário pontuar que, as diferentes dinâmicas e situações ao qual as cidades pequenas estão empregadas, analisando a sua inserção na rede urbana e seus contextos históricos que são essenciais para compreender como seu deu o processo de transformação espacial ao longo do tempo.

Considerando que haja a necessidade de definir um recorte espacial de análise, para manter o foco da pesquisa e garantir maior coesão e relevância do trabalho que foi delimitado o município de Brasil Novo – PA (figura 1), que emergiu de um desses projetos propostos pelo Governo Federal e que lhes concebeu, junto a construção da BR-230 (rodovia Transamazônica), como uma agrovila e posteriormente se consolidou como uma cidade pequena emancipada. Esse processo de transição de uma aglomeração rural para uma cidade, ressalta que em meio a sua geo-história e fatores demográficos que foram responsáveis pela sua evolução, levou-se em consideração as dinâmicas que lhes foram proporcionadas a medidas que se ampliou a sua inserção a uma rede urbana amazônica, neste caso, a Região de Integração do Xingu – RIX.



Fonte: Cruz, 2024.

A cidade de Brasil Novo – PA está localizada na mesorregião do sudoeste paraense, com população estimada em 24.718 habitantes e uma área de 6.362,575 km² (IBGE, 2022), este município foi criado através da Lei Estadual nº 5.962 de 13 de dezembro de 1991 (IBGE, 2022).

Diante disto, este trabalho está sendo norteado pelo objetivo de compreender o processo geo-histórico de uma pequena cidade na Amazônia a partir de Brasil Novo – PA. E para que esse objetivo seja alcançando buscou-se organizar este artigo em três seções, além desta introdução e considerações finais sendo eles: a metodologia, que resalta os materiais e métodos desta pesquisa; o tópico “Integração de cidades pequenas amazônicas na rede urbana”, que busca analisar as algumas teorias e conceitos relevantes para a compreensão das cidade pequenas no contexto da rede urbana, principalmente quando nos referimos à uma cidade pequena amazônica; o tópico “Evolução de Brasil Novo: da agrovila à sua emancipação”, que explora a geo-história da cidade de Brasil Novo bem como algumas de suas dinâmicas intra e interurbanas.

2. METODOLOGIA

O aporte teórico-conceitual (metodologia) deste estudo é pautado à luz de uma leitura dialética do espaço geográfico e partir da categoria analítica “espaço” proposto por Milton Santos (2006, p. 12), quando afirma que “o espaço é um conjunto indissociável de sistema de objeto e sistema de ações”, que enfatiza sobre a necessidade de se levar em consideração os aspectos materiais e dinâmicas socioespaciais promovidas pela sociedade, para além das relações que são responsáveis por moldar e organizar o espaço geográfico.

Por conseguinte, é válido destacar que os espaços possuem diferenciações à medida que se diferenciam os modos aos quais os grupos sociais o produzem e em qual período de tempo estão produzindo, o espaço é palco das ações da humanidade. Diante desses movimentos da totalidade que Carlos (2015, p. 09) afirma que o movimento dialético é “condição, meio e produto da ação humana”, ou seja, se remete aos processos de transformações que ocorrem através da ação humana assim como o resultado desta interação.

De certo modo, foi adotado como metodologia para reflexão desta pesquisa qualitativa, os seguintes procedimentos: atividade de campo, revisão bibliográfica, análise documental e empírica que estão sendo utilizados para a construção da pesquisa de dissertação do mestrado que está em desenvolvimento (2023-2024), sobre cidades pequenas na rede urbana amazônica. Também, foi utilizado para a construção do mapa de localização de Brasil Novo o QGIS, que é um Sistema de Informação Geográfica (SIG), software de livre acesso que permite o exercício de visualizar, editar e analisar dados georreferenciados e; o programa EXCEL para análise e sistematização dos dados coletados em campo. Dentre os dados coletados em campo, foram utilizadas 29 entrevistas (com perguntas abertas e fechadas) que foram realizados em estabelecimentos comerciais localizados no centro da cidade.

Entretanto, pautou-se por definir a cidade de Brasil Novo, que está localizado na mesorregião do sudoeste paraense, com população estimada em 24.718 habitantes e uma área de 6.362,575 km² (IBGE, 2022). Como colocado no início deste ensaio, a cidade tem sua origem associada à instalação de projetos promovidos pelo Estado com a criação do Programa de Integração Nacional – PIN e também dos interesses pelo Governo Federal em meados da década de 1970, durante a Ditadura Militar, onde foi ocasionando a formação de cidades à medida que a rodovia transamazônica foi “rasgando” a Amazônia brasileira.

3. INTEGRAÇÃO DE CIDADES PEQUENAS AMAZÔNICAS NA REDE URBANA

É importante pontuar que as dinâmicas dessas cidades se atrelam ao processo de urbanização que o Brasil passou no século XX, onde as atividades, sobretudo econômicas passaram a se movimentar com mais rapidez diante desse momento histórico ao qual o Estado Brasileiro passou. No entanto, as temporalidades se dissociam ao se deparar com a realidade amazônica, onde o processo de urbanização se deu sobretudo a partir da década de 1960, por meio das implementações de projetos de integração do Estado (Pereira, 2006), ou seja, o processo de produção espacial da região amazônica foi marcado pelas possibilidades de articulação e novas formas de utilizar e/ou se apropriar da Amazônia a partir dos interesses do Estado, ainda que fosse considerada uma “integração” tardia e que fosse utilizado outros discursos para colonizá-la, como um grande vazio demográfico, como chegou a ser considerada.

Castro (2008), em suas atribuições sobre o a urbanização das cidades, considerou que por muito tempo o estudo sobre o urbano nessas localidades se voltavam principalmente pela capacidade que elas tinham de oferta de bens e serviços, dinâmica essa que não era vista nas cidades da Amazônia brasileira, mas estas ganharam olharem à medida que sua estrutura regional foi se modificando através das ações capitalistas que foram se adentrando ao longo do tempo.

Neste sentido, considera-se que a Amazônia brasileira passou por dois grandes momentos de urbanização, um que antecede aos anos de 1960 e outro que sucede a ele, ou seja, as dinâmicas presentes nelas em um período ou outros foram transformadas e ganharam novos padrões de organização. Gonçalves (2001), distingue esses dois padrões de ocupações da seguinte forma, o primeiro seguindo o padrão de “rio-várzea-floresta” e o segundo “estrada-terra firma-subsolo”.

O padrão de ocupação “rio-várzea-floresta” se remonta ao período ao qual as cidades e/ou aglomerações humanas mantinham suas dinâmicas e relações permitidas ao acesso por meio dos rios (as distâncias entre os núcleos de assentamento humanos mantinham uma distância considerável entre elas); já o padrão de ocupação “estrada-terra firma-subsolo”, corresponde ao período pós anos de 1960, quando a Amazônia Brasileira passou pelo processo de integração nacional a partir da construção de redes rodoviárias. Ou seja, se antes as dinâmicas de acesso as cidades amazônicas davam por meio dos rios, com a nova política de integração nacional o acesso a ela passou a ter uma nova configuração de acesso por meio das rodovias.

A abertura das rodovias propiciou um surgimento significativo de núcleos urbanos na Amazônia, havendo então a necessidade de se pensar uma forma de organização para se ter o controle territorial pelo Estado, bem como se tinha nas demais regiões do Brasil, mesmo que esse “modelo de organização” não pudesse ser aplicado frente as dinâmicas regionais terem diferenças regionais e locais bastante consideráveis (Sathler; Monte-Mór; Carvalho, 2009). De acordo com Castro (2008) as cidades amazônicas possuem diferenças nos mais diversos aspectos, sejam eles no seu espaço econômico, seja cultural, social e demais elementos que revelam tamanha diversidade na região, diversidade essa que está atrelada sobretudo, aos processos históricos de ocupação ao qual as cidades foram submetidas.

Ressalta-se que, as articulações presentes entre essas cidades são levadas em consideração por toda a sua diversidade e singularidade, como aborda Souza (2009, p. 6) quando afirma que “as especificidades da trajetória do espaço urbano na Amazônia e as diversas representações alocadas tornam-se uma característica ímpar da região”. Essas questões conferiram a essas cidades, a inserção em diferentes redes urbanas que foram pensadas a partir do seu tamanho e níveis de influência. No entanto, independente do seu “status” na hierarquia urbana (pequenas ou grandes), elas possuem variações e características que correspondem às dinâmicas locais e regionais em que elas estão inseridas. Estudar essas cidades requer um olhar minucioso sobre seus aspectos internos e externos pois eles são essenciais para entendê-las, conforme afirma Sposito e Silva:

Estudar cidades pequenas ajuda a entender não apenas elas em si mesmas, mas promove um olhar diferente sobre todo o território, a partir das suas perspectivas políticas, econômicas e sociais, contribuindo para a interpretação da própria realidade Sposito e Silva (2013, p. 12).

Ou seja, as cidades amazônicas estão articuladas em diferentes redes urbanas que se estruturam mediante algumas dimensões organizacionais, ou melhor dizendo, a partir dos seus níveis de influência, distância, tamanho, etc. Segundo o IBGE (2017, p. 11) a estrutura das redes urbanas brasileiras se organiza a partir da “hierarquia dos centros” (dividida em cinco níveis) e, mediante “as regiões de influência, identificadas pela ligação das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana”.

Pensando nisto que se adotou a rede urbana como principal meio de organização das cidades, bem como contribui Corrêa (2004) quando afirma que as redes urbanas são caracterizadas pela articulação de um conjunto de centros urbanos que estão em constante

interação. Ou seja, ao analisar a dinâmica entre os centros urbanos de uma rede, é possível identificar que essa relação espacial desses centros tem a capacidade de revelar um vínculo entre o que foi historicamente produzido e os processos de produção e reprodução social que foram ou estão sendo constituídos, nesse sentido, Corrêa contribui:

Os elementos da rede urbana a serem considerados devem dar conta da gênese da rede urbana ou de segmentos seus, da localização absoluta e relativa das cidades, da forma espacial das cidades e da rede, da paisagem urbana, das funções urbanas, dos agentes sociais envolvidos no processo de produção e das relações entre eles, e das articulações externas à rede (Corrêa, 1987).

Ou seja, como colocado anteriormente, esses elementos presentes na rede demonstram as conexões entre o passado e o presente, contribuindo para uma contextualização mais ampliada sobre os fenômenos socioespaciais e quando pensamos em Amazônia, ou melhor dizendo, na Amazônia Brasileira, sobretudo pensando a partir do seu “período de integração nacional” nota-se que há um novo padrão de articulação interna mediante a complexidade e o surgimento de centros e núcleos urbanos desse período.

4. EVOLUÇÃO DE BRASIL NOVO DA AGROVILA À SUA EMANCIPAÇÃO

A partir dos anos de 1940, a Amazônia Brasileira passou a ser alvo de interesse do Estado, tendo em vista que este território era conhecido por ter grande potencial de recursos que poderiam garantir valor mercantil para o capital, no entanto, o seu acesso era o principal impasse para que esse processo de exploração se efetivasse. Mas esse interesse do Estado foi motivado pela disputa que estava se iniciando pelas terras amazônicas que ganharam olhares de outros grupos econômicos internacionais, para exploração, Becker (1974, p. 12) afirma que “a presença de recursos naturais em grande escala e economicamente atraentes é uma condição básica e força motivadora central para a iniciativa privada”.

Logo, vários projetos foram criados pelo Estado para que se iniciasse o processo de colonização e ocupação da permanente na região, como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) que promovia a ideia de desenvolver a região economicamente e; logo após, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que foi criado como intuito de coordenar e supervisionar os planejamentos regionais para a Amazônia Brasileira e atuar sobre a redistribuição dos incentivos fiscais (Becker, 1990);

e também, outras estratégias de implementação de redes de integração espacial que o Governo Federal propôs para a Amazônia Brasileira.

Dentre essas redes de integração espacial (rede rodoviária, redes de telecomunicação comandada por satélites; a rede urbana e por fim, a rede de hidroelétricas) conforme colocado Becker (1990), a rede rodoviária foi a principal responsável por desencadear o planejamento e instauração dos demais projetos pensados para o investimento público nessa região. Foi a partir de então, que houve a promulgação do Decreto-Lei nº. 1106 de 16 de junho de 1970 instituído pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, que, além de criar o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Projeto de Integrado de Colonização (PIC) decretou segundo o Art. 2º. A primeira etapa de ocupação da Amazônia, sendo estabelecida pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (Brasil, 1970).

Atrelado a isto, a abertura das rodovias, como a Transamazônica, propiciou o surgimento de uma rede de assentamentos de ocupação humana ao longo delas, organizadas por meio dos projetos de colonização. Quanto a isso, no mesmo ano em 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) onde obteve o importante papel de executar e controlar a reforma agrária, sobretudo na Amazônia, região que até então iria passar por intenso processo de distribuição de terras e de colonização (Becker, 1990). Nesse sentido, por intermédio do PIN, e PIC e INCRA, os colonos foram distribuídos em lotes de 100ha e teriam suporte alguns núcleos urbanos que estavam distribuídos em Rurópolis, Agrópolis e Agrovilas (Becker, 1990).

Os núcleos urbanos eram organizados hierarquicamente em Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis, que foram pensadas para que cada um deles pudesse conter os elementos necessários para a sobrevivência dos migrantes que chegavam de outras regiões do Brasil, sobretudo do Nordeste. E foi neste contexto que surge a cidade de Brasil Novo, emergido a partir de um projeto de colonização na Amazônia proposto pelo Governo Federal e que tem o seu processo de formação territorial está intimamente ligado à própria história de ocupação na Amazônia Brasileira.

A princípio, Brasil Novo foi criado como uma agrovila em meados dos anos de 1970, destinada para receber os colonos e seus familiares para produzirem seus insumos agropecuários em meio a esse núcleo que tinha um caráter rural. Mas essa condição de agrovila não durou muito tempo, tendo em vista que a partir de 1972, este núcleo foi escolhido para ser sede do INCRA, ao qual passou a promover projetos agropecuários, agroindustriais e ainda

treinamentos técnicos aos agricultores colonizados. Diante desta mobilização por meio do INCRA, novos elementos urbanos foram inseridos conforme o anteprojeto (figura 2) proposto como: comércios de gêneros alimentícios, postos de combustível e de saúde, escola, etc. elevando a agrovila para um novo status de agrópolis, sendo conhecida como Agrópolis Brasil Novo.

Figura 1: Anteprojeto da Agrópolis n. 10 (Brasil Novo).



Fonte: Camargo, 1973.

Embora a agropólis estivesse sob domínio do INCRA e sua área fosse de pertencimento da segurança nacional, sua condição política e administrativa era dificultada pela sua ligação territorial, ou seja, a agropólis pertencia ao município de Prainha e sede da comarca estava em no município de Monte Alegre (ambas localizadas no outro lado do rio Amazonas), no entanto, por questões econômicas, a agropólis Brasil Novo dependia de Altamira (Zani, 1999). Esse impasse de distância entre as sedes, impedia que a agropólis Brasil Novo pudesse “desenvolver” a expansão da sua malha urbana, mas esse problema não era único da agropólis mencionada, demais polos do PIC – Altamira se encontravam nessa situação, e esse foi o motivo pelo qual várias cidades garantiram o seu processo emancipatório, bem como aponta Zani:

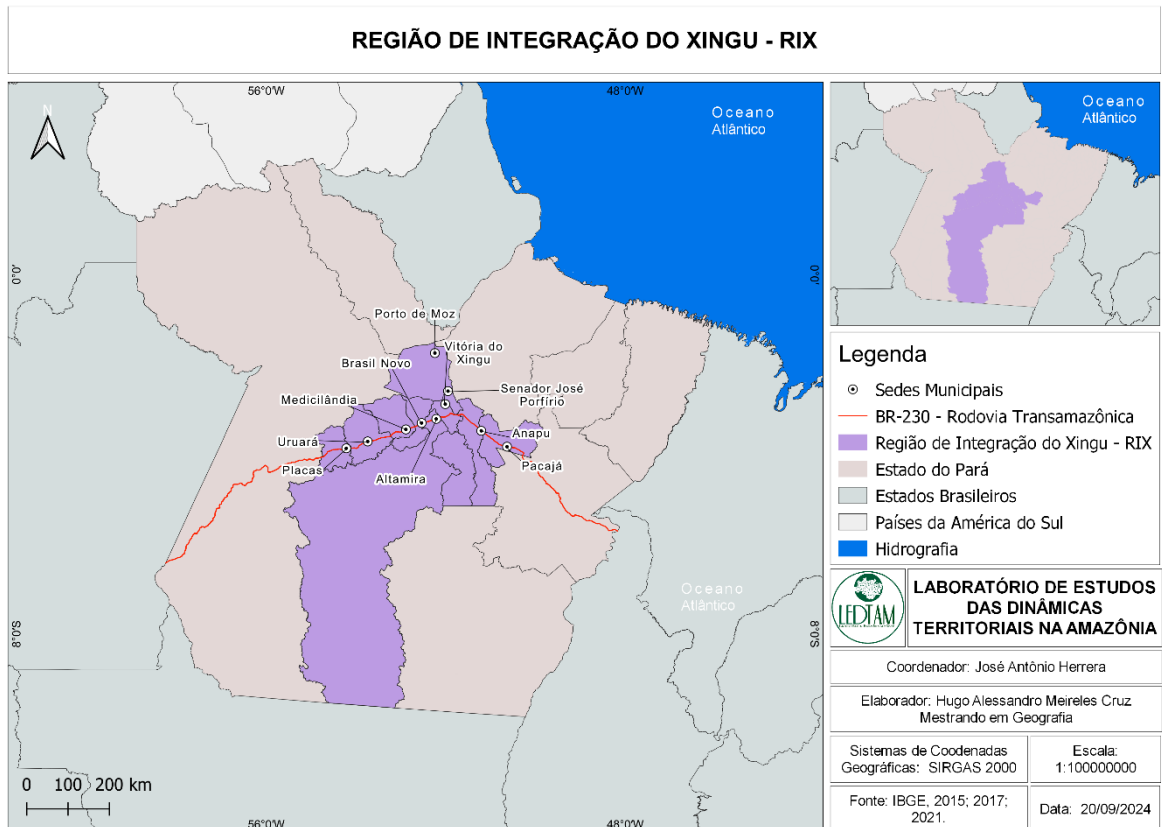
O primeiro que aconteceu foi Uruará – aglomeração que surgiu naturalmente a partir de uma escola instalada pelo Lions Club de Altamira, segundo informação do Sr. Dino Brilo ex-executor do INCRA – depois Medicilândia, ao qual Brasil Novo passou a pertencer fisicamente, mesmo assim, não teve sua situação resolvida, diante do

inconformismo da população já que todos os procedimentos econômicos se faziam via Altamira. Isso levou a organização de grupos de pessoas a fazer um trabalho de conscientização em prol da emancipação de Brasil Novo (Zani, 1999, p. 31).

Com o desmembramento de Prainha, Brasil Novo se tornou vila de pertencente ao município de Medicilândia, mesmo com suas questões econômicas sendo resolvidas por Altamira, contudo, logo após no ano de 1991, através da Lei Estadual nº 5.962 de 13 de dezembro, a Vila Brasil Novo é elevada à categoria de Município (IBGE, 2022). Seus limites territoriais vão de encontro com Altamira (ao norte) e Medicilândia (ao oeste) e está integrada na região intermediária e imediata de Altamira junto a outros cinco municípios, sendo eles: Uruará, Medicilândia, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Vitória do Xingu e Anapu.

As Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias se referem a um modelo de divisão regional, que levou em consideração as mudanças nas estruturas produtivas no Brasil frente a sua inserção à dinâmica econômica mundial (IBGE, 2017). Diante disso, várias regiões de integração foram surgindo na Amazônia Brasileira, estrategicamente para se ter o controle do território. Dentre elas, emergiu a Região de Integração Xingu (RIX), como ilustra o mapa 2, ao qual a cidade de Brasil Novo se inseriu. É válido ressaltar que as cidades dessas regiões de integração foram organizadas hierarquicamente de acordo com as atividades e serviços que as cidades poderiam dispor, ou seja, como mencionado acima, a cidade de Altamira foi considerada a cidade polo (cidade média) pelo seu nível de influência e oferta de bens e serviços.

Mapa 2: Região de Integração do Xingu



Fonte: Cruz, 2024.

A RIX é composta por 10 municípios, sendo eles: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. A Formação de cidades tem origens que se dissociam, enquanto Senador José Porfírio, Porto de Moz, Altamira, e, mais recentemente, a Vitória do Xingu tiveram seus surgimentos atrelados às missões Jesuítas no século XVIII, os demais municípios se formaram a partir da construção da Rodovia BR-230.

Contudo, por mais que haja interação entre as cidades da rede urbana da RIX, a cidade de Brasil Novo consegue manifestar novas centralidades mesmo possuindo certa dependência de sua cidade média no que tange a sua organização na divisão territorial do trabalho. É importante pontuar que a cidade de Brasil Novo, possui fortes ligações entre o urbano e o rural, muito pela lógica de produção e reprodução em que foi inserida desde os períodos da colonização, ou seja, suas funções foram se modificando ao longo do tempo de acordo com as lógicas de produção capitalista, no entanto, sua relação com o campo e as atividades agrícolas permaneceram.

Ao levar em consideração a dinâmica do comércio, do ponto de vista da rede urbana, a cidade de Brasil Novo possui pouca abrangência onde, suas dinâmicas são mantidas em grande influência a partir da zona rural e localidades vizinhas, da mesma forma, a cidade também pode manifestar relações com cidades de outros estados brasileiros (tabela 1), com intensidade menor, mas estabelece relações a nível nacional, lhes garantindo um caráter importante por seu alcance vertical.

Tabela 1 – Cidades para onde são comercializados os produtos.

Cidades/Estado	Respostas
Brasil Novo / Pará	21
Altamira / Pará	15
Medicilândia / Pará	6
São Paulo / São Paulo	2
Uruará / Pará	2
Santarém / Pará	2
Anapu / Pará	1
Belém / Pará	1

Fonte: Coleta de campo – LEDTAM (2023)

A Tabela 1 apresenta as cidades e estados para onde são comercializados os produtos dos comércios e estabelecimentos que foram entrevistados em Brasil Novo, conforme levantamento de campo. Observa-se que Brasil Novo é a cidade com maior menção dos entrevistados ao qual pontuaram ter suas vendas apenas realizadas na escala local, logo após, temos a cidade de Altamira, no estado do Pará, é a cidade com um total de 15 respostas. Logo em seguida, a cidade de Medicilândia, também no Pará, contabiliza 6 respostas. As cidades de São Paulo (São Paulo), Uruará (Pará) e Santarém (Pará) apresentam 2 respostas cada. Por fim, Anapu e Belém, ambas no Pará, possuem 1 resposta cada. Esses dados destacam a predominância e alcance da cidade de Brasil Novo, a partir dos dados que foram coletados em campo.

Ao considerar a rede urbana da Região de Integração do Xingu, questionou-se durante as entrevistas qual cidade tinha maior importância à nível regional, apontou-se as cidades pertencentes da RIX mas a resposta era livre. Esta análise tem sua importância no sentido de investigar quais cidades, sejam elas pequenas ou médias, possuem maior articulação e relação entre as cidades da rede urbana. Desta forma, tem-se os dados coletados:

Tabela 2 – Cidade com maior importância na rede urbana.

Cidades/Estado	Respostas
Altamira / Pará	32
Brasil Novo / Pará	6
Uruará / Pará	1
Tucuruí / Pará	1
Vitória do Xingu / Pará	1

Fonte: Coleta de campo – LEDTAM (2023)

A tabela acima, apresenta as cidades que possuem maior importância na rede urbana da Região de Integração do Xingu. Exceto a cidade de Tucuruí, que apesar de mencionada, pertence à outra região de integração. Nota-se que a cidade de Altamira, lidera a tabela com maior quantidade de respostas (contabilizando 32), sendo considerada com a cidade com maior importância da RIX, reafirmando sua importância de centro sub-regional. Em seguida, a cidade de Brasil Novo foi mencionada 6 vezes entre os entrevistados, sendo caracterizada por eles como cidade de maior importância por não precisarem recorrer à outra cidade para além do local para adquirirem seus recursos e serviços. As cidades de Uruará, Tucuruí e Vitória do Xingu, sendo mencionadas 1 vez a cada uma, possuem menor relevância quando comparadas às outras, mas não deixam de ser importantes, já que, por sua vez, possuem determinada influência para os entrevistados que a mencionaram.

Do ponto de vista socioeconômico e territorial, a articulação entre esses centros representa a dinâmica essencial de fluxos ao qual Santos (1993) coloca quando contextualiza sobre as possibilidades ofertadas pelas redes, sendo de circulação de pessoas, troca de informações materiais e também imateriais para além dos fluxos de mercadorias. Em síntese, a cidade de Brasil Novo apresenta uma estruturação do espaço que corresponde a partir dos seus processos que foram historicamente produzidos, principalmente diante das atividades do campo que desde a gênese da agrovila vem dinamizando a oferta de serviços relacionados a esse setor e que podem garantir um nível de oferta maior de produtos para além da escala local.

As cidades da rede, como Brasil Novo possuem a expressiva capacidade de se articularem direta e indiretamente através das suas inserções mercantis capitalistas à medida em que são viabilizadas a sua introdução em uma ampla dinâmica regional, nesse caso, a partir da sua inserção na rede urbana da Região de Integração do Xingu. Ou seja, a complexidade das

cidades da rede urbana, lhes conferem maior importância quanto aos seus papéis na divisão territorial do trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe deixar em evidência que este ensaio buscou estabelecer reflexões sobre a dinâmica espacial de uma cidade amazônica que surgiu a partir de projetos governamentais e que mantém relações com as demais cidades da rede urbana ao qual está inserida. No entanto, o processo de investigação ainda está em andamento para a construção da dissertação, podendo deixar “buracos” que podem tê-los deixados inquietos no decorrer da leitura, mas afinal, essa é intenção, instigá-los e deixar dúvidas para que novas propostas de pesquisa sejam executadas. Sendo assim, algumas considerações foram realizadas para eventuais discussões.

A cidade de Brasil Novo está inserida na rede urbana da RIX que possui seu território desde os períodos de colonização no século XVIII com o surgimento de Altamira, e, em meio a essa complexidade e historicidade regional amazônica, é possível identificar não somente a diversidade e fatores que são essenciais para a produção espacial Brasilnovense, como também diversidade urbana que pode ser vista para além do contexto local, como de todas as cidades inseridas na RIX e na Amazônia Brasileira, como resultados dos seus períodos históricos.

Brasil Novo tem a capacidade de desempenhar alguma centralidade econômica por menor que seja a intensidade, levando em consideração o seu tamanho e status na rede urbana ao qual está inserida, pois, ainda se tem a cidade de Altamira como centro principal para descentralização e redistribuição das suas atividades no contexto regional, que é refletido a partir das relações que são estabelecidas entre ambos. Por mais que haja pouco dinamismo de Brasil Novo com outras cidades pequenas da rede urbana, ainda assim ela possui papel importante na rede lhes conferindo especificidades que podem ser encontradas em seu espaço intraurbano e interurbano.

A partir de uma leitura histórica da produção do espaço regional e da formação histórica da cidade de Brasil Novo, compreende-se que sua existência só foi permitida a partir do processo de colonização na década de 1970, com a abertura da fronteira econômica e que ao longo do tempo foi dando novos significados e importâncias da cidade em seu contexto local e regional. O contato com a rede rodoviária e as práticas econômicas ruralistas que vieram em conjunto com os projetos de colonização proporcionam característica que até a atualidade ainda

são vigentes, ou seja, há a presença de atividades do campo no espaço urbano, sendo elas consideradas de muita importância para a cidade e para a região.

Entende-se que o processo de urbanização na Amazônia, teve grande papel no que tange os processos de transformações das dinâmicas que existiam, causando múltiplas possibilidades formas de interações com o espaço, principalmente as formas de acesso à Amazônia brasileira, diversificando a interação entre os núcleos que foram surgindo e os que já estavam consolidados no espaço amazônico. Esses elementos foram essenciais para a evolução das redes urbanas, sendo elas, principais responsáveis pelos fluxos e interrelações que garantem a funcionabilidade das cidades e centros urbanos nas diversas escalas local-regional.

5. REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 36(2), pp.3-36, abril/junho 1974.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. Editora Ática. 1990.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. **República Federativa do Brasil**, Casa Civil, DF, 1970. Acesso em: 25, mar, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%201.106%2C%20DE%2016%20DE%20JUNHO%20DE%201970.&text=Cria%20o%20Programa%20de%20Integra%C3%A7%C3%A3o,fiscais%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. 1. Ed. – São Paulo: Editora Contexto, 2015.

CASTRO, E. **Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas**, in E. Castro, Cidades na floresta, Annablume, SÃO PAULO. 2009

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, 49.3: 39-68, 1987.

CORRÊA, R. L. **Rede urbana**: reflexões, hipótese e questionamentos sobre um tema negligenciado. Cidades. Vol. 1, n. 1. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004. p.65-78.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: dados da população. Brasil Novo - PA. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

PEREIRA, José Carlos Matos. **A urbanização da Amazônia e o papel das cidades Médias na rede urbana regional**. IN. Cardoso, Ana Cláudia Duarte (Org.) O Rural e o Urbano na Amazônia: Diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993

SANTOS, Milton. **Natureza do Espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SATHLER, D; MONTE-MÓR, R. L.; CARVALHO, J. A. M. **As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia**. Nova Economia, Belo Horizonte, 2009.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. **A contribuição de Henri Lefebvre para a reflexão do espaço urbano da Amazônia**. Confins (online), 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **Cidades Pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013

ZANI, Benícia de Fátima da Silva. **Brasil Novo**: uma cidade no meio da floresta. 1999. 86 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal do Pará, Altamira, 1999.